



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa para:

Descrição
EXTENSÃO DE REDE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS ARNOLDO SERAFIM, AGENOR GENEROSO MELLO, SUBTENENTE PM JOÃO DE SOUZA, GALDINO DE BORBA E MANOEL FRANCISCO COELHO, conforme especificações e memoriais anexos.

2. ANEXOS.

2.1. Faz parte integrante e indissociável deste edital, o **Projeto Básico completo**, contendo plantas, memorial, orçamento estimado e Orientação Técnica 001/2011.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários necessários à execução do objeto do presente processo licitatórios correrão por conta do Orçamento do Exercício 2022.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a habilitação de empresas que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto, bem como a contratação daquela empresa que oferecer a PROPOSTA DE PREÇO mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Itajaí.

4.2. Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.1 Certificado de Registro e Regularidade da empresa (pessoa jurídica): A proponente deverá comprovar regularidade e registro no Conselho Profissional competente, compatível com o objeto da licitação.



5.2 Capacidade Operacional e Profissional (pessoa jurídica): A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico registrada no Conselho Profissional competente, do(s) responsável(eis) técnico(s), ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
EXECUÇÃO DE REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	295m

5.2.1) Será permitida a comprovação quantitativa mínima através da apresentação de certidão e atestado proveniente de no máximo 03 (três) contratos.

5.2.2) Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

5.3 Certificado de Registro e Regularidade do Profissional (pessoa física): Apresentar registro e/ou certidão de inscrição e comprovante de regularidade junto no Conselho Profissional competente do(s) responsável(eis) técnico(s) e dos demais profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços.

5.4 Capacidade Profissional (pessoa física): O responsável técnico (pessoa física) deverá, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico registrada junto ao Conselho Profissional competente, proveniente de no máximo 03 (três) contratos, comprovar experiência na execução de obra com a realização compatível com o objeto da licitação.

5.6 Orientações Gerais: A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do profissional. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do Conselho Profissional competente, devidamente atualizada;

5.6.1) Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

5.6.2) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas;

6. ORÇAMENTO ESTIMADO.

Descrição	Orçamento
EXTENSÃO DE REDE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS ARNOLDO SERAFIM, AGENOR GENEROSO MELLO, SUBTENENTE PM JOÃO DE SOUZA, GALDINO DE BORBA E MANOEL FRANCISCO COELHO	R\$ 151.014,24

6.1 – Propostas acima do orçamento estimado serão desclassificadas.

7. EXAME DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS

7.1. As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação na forma indicada abaixo:

7.1.1. Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

7.1.2. Erros de transcrição das quantidades do Projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

- 7.1.3. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- 7.1.4. Erro de adição: será retificado conservando as parcelas corretas e trocando-se a soma;
- 7.1.5. Verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários, será adotada a correção que resultar no menor valor.
- 7.2. O valor total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.
- 7.3. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros cometidos pelos Licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.
- 7.4. As Propostas de Preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos.
- 7.5. Atendida as condições do item acima, será considerado vencedor a proposta que resulte o **menor preço global** para a obra, e caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio.
- 7.6. A empresa vencedora deverá fornecer para a Diretoria de Licitações e Contratos, em até 3 (três) dias úteis após declarada vencedora a sua proposta, para todas as luminárias ofertadas, material técnico que comprove o atendimento às características técnicas descritas no item 3.4 do Memorial Descritivo, aí incluindo-se os Certificados de Conformidade conforme Portaria nº20/2017 do INMETRO devidamente registrado, garantia de 5 anos fornecida pelo fabricante, arquivos “.ies” e demais itens e descrições lá constantes.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL.

8.1. O prazo máximo para **execução do objeto será de 120 (cento e vinte) dias a contar da Ordem de Serviço**, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido. O **prazo Contratual** será de **150 (cento e cinquenta) dias**.

8.2. Após a assinatura do contrato será emitida Ordem de Serviço pelo Engenheiro Fiscal da Obra, **em até 5 dias**, de acordo com o Cronograma pré-estabelecido.

9. DAS MEDIÇÕES

9.1. As medições serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados, por via que esteja pronta e entregue à CELESC, e serão feitas pela Equipe de Fiscalização da SEOSEM, devidamente acompanhado por um representante designado pela Contratada.

9.2. O controle físico do andamento da obra será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no **Cronograma Físico-Financeiro da Obra**, podendo ser adequado conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Itajaí verificada no decorrer das obras.

9.3. Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório a **abertura do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006** - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências).

9.4. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela Secretaria Municipal de Obras / Prefeitura Municipal de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: **Responsável Técnico** da licitante vencedora, pelo(s) **Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante e Coordenação Técnica de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras**.

10. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO.

10.1. O primeiro pagamento somente será efetuado após a comprovação por parte da licitante vencedora de que o contrato teve **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, efetuada no CREA-SC.

- 10.2. A licitante vencedora deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente na Prefeitura Municipal de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.
- 10.3. A licitante vencedora deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança, o mês de referência da medição realizada, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data do vencimento.
- 10.4. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidões Negativas de Débitos Federal (Conjunta), Estadual e Municipal, Trabalhista, de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certificado do FGTS, Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.
- 10.4.1. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.
- 10.5. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.
- 10.6. Por ocasião do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, deverá ser fornecido um "AS BUILT" do Projeto Executado, impresso e assinado pelo responsável técnico do executor, em duas vias. Também deverá ser fornecido um arquivo eletrônico contendo o os projetos atualizados, em formato DWG, ou em outra extensão compatível com o mesmo.

11. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

- 11.1. Deverão ser observadas pela licitante vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da

integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Prefeitura Municipal de Itajaí e ao público afeto e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da Prefeitura Municipal de Itajaí.

11.2. A Prefeitura Municipal de Itajaí poderá a critério de seu corpo técnico determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela licitante vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante vencedora.

11.3. A licitante vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

12. DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS.

12.1. A Prefeitura Municipal de Itajaí, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando oficialmente à licitante vencedora tal decisão, nos prazos e termos permitidos em lei.

13. DO RECEBIMENTO DA OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS.

13.1. Para o recebimento das obras e serviços e dos materiais fornecidos será designada uma comissão de recebimento, composta de no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará as obras e serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93, ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, a seu critério.

13.2. O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a licitante vencedora das cominações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14. DA RESCISÃO DO CONTRATO.

- 14.1. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores.
- 14.2. Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.